

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

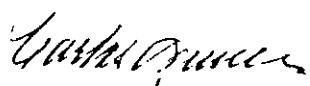
lam-2

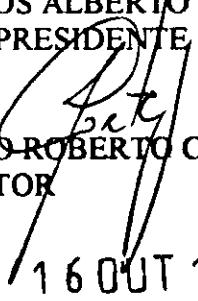
PROCESSO Nº : 10880.016865/91-01  
RECURSO Nº : 11.241 - EX OFFÍCIO  
MATERIA : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Ex.: 1989  
RECORRENTE : DRJ em SÃO PAULO - SP  
INTERESSADA : PROPASA PRODUTOS DE PAPEL S/A  
SESSÃO DE : 22 de agosto de 1997  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.357

RECURSO "EX OFFICIO" - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DECORRÊNCIA - Devidamente justificada pelo julgador "a quo" a insubstância das razões determinantes da autuação de parte da omissão de receitas é de se negar provimento ao recurso de ofício interposto contra a decisão que dispensou parte do crédito tributário lançado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL em SÃO PAULO - SP.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do relator.

  
CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES  
VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

  
PAULO ROBERTO CORTEZ  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 16 OUT 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, NATANAEL MARTINS, MAURÍLIO LEOPOLDO SCHMITT, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ e JOSÉ RODRIGUES ALVES (Suplente Convocado). Ausente, justificadamente, a Conselheira MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ.

PROCESSO Nº : 10880.016865/91-01  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.357

RECURSO Nº : 11.241  
RECORRENTE : DRJ em São Paulo-SP

## RELATÓRIO

O Delegado da Receita Federal em São Paulo - SP, recorre de ofício a este Colegiado contra a sua decisão de fls. 52/55, que julgou procedente a impugnação apresentada por PROPASA PRODUTOS DE PAPEL S/A.

O lançamento de ofício refere-se ao exercício de 1989, com origem na exigência referente ao IPI, por omissão de receitas, conforme consta do processo matriz nº 10880.016864/91-31.

Em síntese, a impugnação apresentada, exibe as mesmas razões de defesa apresentadas junto ao feito principal.

Informação fiscal às fls. 40/42, na qual a autoridade autuante opina pela improcedência do lançamento.

A autoridade julgadora de primeira instância decidiu pela improcedência da exigência fiscal e motivou o seu convencimento com o seguinte ementário:

*"Em se adotando idênticos motivos de julgamento para lançamentos efetuados com base nos mesmos elementos de comprovação, resulta para o lançamento de contribuição social, igual solução dada ao IRPJ - Lançamento improcedente."*

A autoridade singular, diante do exposto, interpôs recurso "ex officio" a este Conselho.

É o Relatório.

PROCESSO Nº : 10880.016865/91-01  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.357

**V O T O**

**CONSELHEIRO PAULO ROBERTO CORTEZ, RELATOR**

Recurso assente em lei (Decreto nº 70.235/72, art. 34, c/c a Lei nº 8.748, de 09/12/93, arts. 1º e 3º, inciso I), dele tomo conhecimento.

Como se depreende do relatório, tratam os presentes autos, de recurso de ofício interposto pelo Sr. Delegado da Receita Federal em São Paulo - SP, que julgou improcedente a exigência fiscal imposta à autuada no que se refere à omissão de receitas no processo principal e, por decorrência, considerou também improcedente o presente lançamento, relativo a contribuição social.

Em se tratando de lançamento decorrente, a solução dada ao litígio principal estende-se ao litígio decorrente em razão da íntima vinculação entre causa e efeito.

Assim, à vista do exposto e do mais que do processo consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões - DF, em 22 de agosto de 1997.

  
PAULO ROBERTO CORTEZ